PREFEITURA DO
RECIFE

CONSELHO DA CIDADE DO RECIFE
Ata da 4ª Reunião do GRUPO DE TRABALHO DO PLANO DE ORDENAMENTO TERRITORIAL

Local: Sala de Reunião da SEPLAN – 5º andar PCR
Data: 11/06/2018
Horário: 14:00 às 18:00h (tarde)

Pauta:

- ✓ Aprovação da Ata da 1ª Reunião do Grupo de Trabalho do Plano de Ordenamento Territorial;
- ✓ Proposta metodológica construção coletiva – escutas territoriais

Participantes da reunião do GT POT:

- ✓ Dos conselheiros do poder público presentes: João Domingos Azevedo, Glória Brandão, Fernando de Alcântara, Lorena Veloso, Norah Neves, Emília Avelino, Sandra Nunes e Inamara Melo.
- ✓ Dos conselheiros de segmentos empresariais: Sandro Guedes (ADEMI/PE), Elka Porciúncula (SINDUSCON/PE).
- ✓ Dos conselheiros de entidades profissionais acadêmicas, de pesquisa e conselhos profissionais e ONGs: Cristiana Correia (CAU/PE), Danielle Rocha (UFPE), Fernando de Holanda (RAPS).
- ✓ Dos Conselheiros do segmento de entidades sindicais de categorias profissionais ligadas ao desenvolvimento urbano, movimentos sociais e populares com atuação na temática urbana ou ambiental: Degenildo Trajano (PREZEIS), Giancarlo Costa (OLMP), Rodrigo Barbosa (Ponto de Cultura Espaço Livre do Coque).
- ✓ Dos técnicos da PCR e Equipe Técnica do POT: Paula Bittencourt (Poder Público), Lea Cavalcante (Poder Público), Socorro Cavalcanti (Poder Público), Tarciana Medeiros (Poder Público), João Victor (Poder Público), Lígia Rocha(Diagonal/JW), Rodrigo Tavares (Diagonal/JW), Rodrigo Callou (Diagonal/JW), Ana Magalhães (Poder Público), Adriana França (Poder Público), Adriana Figueira (Poder Público), Mônica Coelho Loreto (Poder Público).

PREFEITURA DO
RECIFE

CONSELHO DA CIDADE DO RECIFE
Ata da 4ª Reunião do GRUPO DE TRABALHO DO PLANO DE ORDENAMENTO TERRITORIAL

Resumo da reunião:

- ✓ **Apresentação Construção Coletiva do Diagnóstico Propositivo**
  João Domingos (ICPS) apresentou a metodologia para a construção coletiva do diagnóstico propositivo, considerando a leitura integrada por camadas (Ambiental, Infraestrutura e Formas de Uso e Ocupação do Solo).
  Informou que nesse processo haverá a escuta dos problemas emergentes dos bairros, a proposta de soluções para os problemas da cidade e a priorização das ações para a melhoria.

  Em um segundo momento, foram apresentadas matrizes com apontamento de soluções a partir de problemas identificados, por camadas.

  Elka Porciúncula (SINDUSCON) questionou quem listou os problemas das matrizes apresentadas e se essa lista poderia ser enriquecida no momento das oficinas por RPA.

  João Domingos esclareceu que esse material estava em construção e que poderia ser complementado.

  Foi apresentada também a dinâmica de facilitação para as consultas territoriais, com a programação detalhada e os horários. O Presidente do Instituto Pelópidas Silveira informou que os eventos sempre acontecerão no turno da noite, com início das inscrições às 18:00 horas.

  Jean Carlos (Movimento Popular) informou que concorda com os horários das oficinas. Alertou para a importância da mobilização das pessoas e comentou que, após as 21:00h, deverá ocorrer um certo esvaziamento. Solicitou que o material a ser utilizado nessas ocasiões seja publicizado, para acesso de todas as pessoas, seja com relação às discussões, seja com relação às imagens, para que as comunidades saibam que suas lideranças participaram efetivamente do processo. Por esta razão, indagou como será disponibilizado o acervo das informações, se haverá filmagem e material fotográfico para o devido acesso por todas e todos.
  Quanto aos temas levantados nas camadas tratados na metodologia proposta, questionou que muitos deles não são de responsabilidade da Prefeitura e questionou como será realizada a dinâmica com os responsáveis por cada temática (COMPESA, Grande Recife, SANEAR). Frisou que isto poderá gerar uma frustração entre os participantes, porque muitos pensarão que tais problemas poderão ser resolvidos pelo Plano Diretor, quando tais questões são de competência de outras esferas.

  Inamara Melo (Secretaria da Mulher) questionou, inicialmente, a metodologia com relação à possibilidade de já se propor para a cidade como um todo, considerando que tais escutas seriam realizadas por RPAs.

  João Domingos (ICPS) informou que se poderia opinar para a cidade inteira, não estando restrito ao território em que está sendo realizado o evento (as escutas).

Sandro Guedes (ADEMI) questionou como será trabalhada a priorização de cada proposta e como será tratado o peso de cada entidade. Questionou se as entidades mais bem estruturadas terão o mesmo peso de contribuições individuais.

Rodrigo Barbosa (Ponto de Cultura Espaço Livre do Coque) questionou como será tratada a pesquisa ambiental e se as propostas prioritárias serão as mais votadas.

Lígia Rocha (Consultoria) informou que as perguntas que geraram a matriz utilizaram uma metodologia bem simples, possibilitando ilhas de discussões claras. As questões seriam, assim, debatidas e discutidas, apontando como cada cidadão e cidadã lidam com as dificuldades pontuadas. O objetivo é gerar um debate para buscar soluções que não necessariamente serão soluções do Plano Diretor. Informou que o buraco da calçada ou o asfalto da rua não são tratados pelo Plano Diretor. Entretanto, essas dificuldades precisam ser mapeadas e a partir daí será realizada uma leitura dos problemas da cidade, cruzando com os dados sobre a cidade que as pessoas querem morar, através da metodologia de camadas.
Pontuou que o momento de diagnóstico é para discutir os problemas e que esses problemas serão indicados em mapa através de pontos, linhas e polígonos que terão o mesmo peso. A prioridade, porém, será indicada através da interpretação técnica e da decisão com toda a sociedade, dentro do processo participativo.

João Domingos (ICPS) informou que existe uma gama de pessoas fazendo as diversas leituras da cidade, mas que a clareza dos instrumentos que viabilizarão os anseios são de responsabilidade do corpo técnico.

Rodrigo Tavares (Consultoria) informou que o registro da participação será feito e que existirá transmissão *on line.* Que todo o material trabalhado e elaborado dentro das salas durante as oficinas será disponibilizado no site.

João Domingos (ICPS) esclareceu alguns questionamentos referente às oficinas:
- As oficinas acontecerão por RPA, existindo a possibilidade de acontecerem em microrregiões distintas no momento de devolutiva, ampliando o alcance da população e não gerando o beneficiamento de uma área específica;
- A Prefeitura viabilizará o transporte, garantindo a mobilidade de pessoas de outras microrregiões a participarem das oficinas;
- O diagnóstico não é uma situação de votação e sim de leitura e interpretação. Os registros podem estar mais estruturados ou menos estruturados, mas todos os registros deverão ser tratados.

Giancarlo Costa (OLMP) informou a importância de instruir (capacitar) as pessoas que participarão das oficinas, para que elas saibam o que estão indo discutir e para que possam contribuir. Pontuou que quem participará dessas oficinas será o povo e que ouvir o técnico popular é fundamental.

Ressaltou que o material das oficinas de diagnóstico não pode tratar as diversas temáticas como **Problemas e Soluções,** uma vez que o Plano Diretor não vai resolver nada pontualmente. E alerta para que a Prefeitura não crie uma falsa ilusão entre os participantes.

Daniele Rocha (UFPE) informou que pensa na revisão do Plano Diretor como uma grande oportunidade de capacitação cidadã. Entende que é preciso estimular que os indivíduos/ representantes conversem com seus grupos/segmentos, para que possam trabalhar as questões de maneira coletiva.
Questionou se a metodologia de camadas subdivididas em Infraestrutura, Meio Ambiente e Uso do Solo não gerará sobreposições e lacunas. Pontuou a necessidade de se pensar as questões culturais, de patrimônio inclusive imaterial, por exemplo.

João Domingos (ICPS) esclareceu que alguns itens aparecem de forma transversal.

Daniele Rocha (UFPE) realçou que, para ela, o modelo de abordagem apresentado, listando os Problemas e as Soluções, pode ser negativo. As soluções ali pontuadas foram construídas dentro de novos paradigmas e alguns conceitos ainda não foram assimilados pelos cidadãos. Sublinhou que a população não estaria toda num nível de conscientização da cidade homogênea. Informou que, no momento em que se discutem os problemas já serem apresentadas as soluções, de forma induzida, poderia mascarar os sintomas. A seu ver, as soluções deveriam vir das oficinas sem qualquer indicação, ainda que, do ponto de vista mais técnico, pudessem ser menos indicadas ou até mesmo não fossem efetivamente resolutivas, ou seja, consideradas mais apropriadas tecnicamente.

Lorena Veloso (DPPC) pontuou que, diante da metodologia por camadas apresentada, muito dos assuntos serão tratados de forma transversal. Entretanto, reforçou a importância de ser destacada a questão histórico-cultural, abrangendo o patrimônio imaterial, além das ZEIS e das CIS já citadas e, igualmente, a seu ver, de grande relevância. Informou que situações como a verticalização podem ser um problema para o patrimônio e que os instrumentos, a exemplo de TDC, incidirão diretamente nessa temática.

Sandra Nunes (SEMOC) informou que entende que a tabela apresentada ainda será aperfeiçoada e está em construção, mas que as propostas ali apresentadas são muito técnicas e que esse formato precisa ser repensado. Pontuou que tanto os problemas quanto as soluções devem ficar em aberto para a real possibilidade de construção coletiva.
Questionou a indicação de algumas soluções ali postas, exemplificando com o problema que foi posto de uma rua escura, sendo apontada como solução a diversidade de usos. Destacou que essa informação não está sob domínio e alcance da população, por se tratar de proposta muito técnica, mais específica ainda de arquitetos e urbanistas. Questionou sobre o tempo para esse debate, para definição da estratégia e se haveria tempo para proposições de possíveis ajustes na metodologia das oficinas das RPA`s.

João Domingos (ICPS) pontuou que existe a possibilidade de serem criados novos campos em todas as camadas.

Rodrigo Barbosa (Ponto de Cultura Espaço Livre do Coque) destacou a necessidade de se trabalhar nas bases para esclarecer o que é o Plano Diretor e quais os objetivos das oficinas a serem realizadas. Manifestou sua preocupação de que poderá haver uma grande confusão com o Programa Recife Participa.

Elka Porciúncula (SINDUSCON) entende que, referente à metodologia da matriz apresentada, tanto os problemas como as soluções devem ser apontados pelos participantes das oficinas, sem qualquer indicação prévia.

Giancarlo Costa (OLMP), pediu que fosse registrado em ata que estava se retirando naquele momento da reunião, porque acabara de ser informado por telefone que alguns integrantes dos movimentos populares não estavam participando da presente reunião por entenderem que ela não deveria estar ocorrendo, em face da concessão, na última reunião plenária do Concidade, do pedido de vistas do Processo de Construção Coletiva.

João Domingos (ICPS) informou que a solicitação de vistas foi devido ao prazo para desenvolvimento do Plano Diretor e que a pauta daquela reunião era outra. Então, o entendimento era de que se poderia dar continuidade à reunião do GT POT, por se tratar de um tema mais técnico.

Norah Neves (URB) registrou que naquela segunda-feira houve reunião do PREZEIS, com grande adesão e participação dos integrantes, acerca do processo de revisão do POT, em particular do Plano Diretor. Ela informou que a reunião foi muito positiva e propositiva para o Plano Diretor e questionou João Domingos sobre a possibilidade de trabalhar a ampliação do número de ZEIS. Pontuou que o PREZEIS é um grupo muito representativo, não podendo deixar de considerar aquela demanda.
Referente à metodologia para a realização das Oficinas nas RPAs, Norah Neves entende que os problemas podem ser apontados, mas que as soluções não, pois pode empobrecer o debate.
Informou também que é preciso deixar muito claro que a Prefeitura não resolverá os problemas da cidade com o Plano Diretor.

Ligia Rocha (Consultoria) informou que o material apresentado é um material interno, para os que atuarão na organização e moderação dos debates, e, que, portanto, a lista de problemas e soluções não será apresentada nas consultas por RPA`s para as pessoas participantes.

Glória Brandão (ICPS) lastimou a saída de Giancarlo Costa (OLMP), e a ausência de alguns representantes eleitos pelas organizações e movimentos sociais para composição do GT POT, ressaltando a importância da participação de todas e todos neste processo de construção do Plano de Ordenamento Territorial e de revisão do Plano Diretor. Realçou a importância da capacitação no momento em que as discussões técnicas estiverem acontecendo. Pontuou que é necessário

deixar claro que não será o Plano Diretor quem vai resolver os problemas da cidade, mas que é fundamental que as pessoas se vejam naquele processo. Sugeriu a substituição do termo "Problemas" por "Questões", por considerar que problemas sempre são vistos de forma negativa e focar neles já seria criar dificuldades de debates. Além disso, alguns dos temas levantados não poderiam ser considerados "problemas" e sim questões, temas, desafios. No tocante à coluna de "soluções", opinou pela sua supressão, concordando com alguns (as) outros(as) conselheiros(as) que os participantes é que deveriam apontar o que pensam como alternativa sobre cada temática, questão.

Sandro Guedes (ADEMI) criticou o fato de que se passou muito tempo discutindo material que não seria objeto de apresentação nas oficinas daquele modo, ou seja, para discussão daquela forma como inicialmente apresentado a todos ali, no GT. Contudo, alertou para se ter o cuidado necessário de como essas questões deverão ser postas e trabalhadas.
Informou que se sentiu extremamente incomodado com as matrizes apresentadas, pois não conseguia enxergar como o adensamento seria qualificado. Entendia que a metodologia de camadas poderia travar o desenvolvimento em prol de outras camadas. Pontuou como exemplo áreas que estão totalmente antropizadas, mas que por contar com um canal de três metros, exige-se 30 metros de afastamento. Salientou ainda sua preocupação com as ocupações de áreas de proteção permanente, com palafitas. Isto além de outras temáticas, como capacidade produtiva. Sublinhou que o Recife vem crescendo sem controle, fazendo-se necessária uma solução a respeito.
Afirmou que o processo de escuta é primordial e que é preciso deixar as pessoas decidirem a cidade que querem pra si. Entretanto, frisou ser preciso capacitar os cidadãos, pois ninguém sabe o que é Plano Diretor e isso não é privilégio das camadas mais carentes.

Cristiana Correia (CAU PE) perguntou como será o registro das contribuições e que ela se sente incomodada quando a cidade é tratada pelos recortes territoriais. Entende que a capacitação dos envolvidos nos debates é fundamental.

Degenildo Trajano (PREZEIS) informou que o debate acalorado da reunião do PREZEIS naquela manhã foi muito produtivo, mas que a Audiência Pública sobre a reestruturação do PREZEIS, que ocorreria na Câmara de Vereadores, foi desmarcada, por questões pessoais do Vereador Ivan Moraes, que a convocara.
Pontuou que as matrizes apresentadas deveriam ser de conhecimento da sociedade civil e entende que seria uma pena aquele material não ser divulgado, pois é o espelho da cidade do Recife, numa linguagem popular, com grande contribuição. Questionou o que será discutido no plano diretor e quais as propostas serão debatidas.
Pontuou também que é preciso escutar a população e que a falta de escolaridade não desabilita as contribuições. Informou que as escutas devem acontecer em algumas microrregiões estratégicas.
Com relação à não participação de alguns integrantes do Concidade e do GT em suas reuniões, sugeriu que a estrutura e regras das reuniões sejam revistas no tocante ao quórum mínimo, não podendo, a seu ver, permitir que alguns poucos integrantes desse GT inviabilizem a realização de reuniões.

Inamara Melo (Secretaria da Mulher) pontuou que a democracia às vezes é um exercício lento, por se tratar de um processo de aprendizado para a cidade e para cada uma e um dos envolvidos. Ela alertou para a necessidade de cuidados com o imediatismo, pois é preciso pensar no futuro da cidade.
Registrou sua concordância com a indicação de algumas "Soluções". Enfatizou que concorda que a sabedoria popular é grande e que não se pode ir na contramão dela. Alertou que todos precisam ser ouvidos, mas que é necessário apontar algumas soluções, sim, para que seja trabalhada a ideia mais avançada. Entende a necessidade do espaço de escuta, assim como do espaço para novas soluções ou possibilidades.

Fernando Holanda (RAPS) questionou se existe a possibilidade de as pessoas participarem de mais de um tema/sala nas oficinas das RPA`s.

Rodrigo Tavares (Consultoria) esclareceu que sobre a possibilidade de participar de mais de uma oficina temática, a depender do tempo e da dinâmica, a pessoa poderá se dirigir a mais de uma sala. Foi informado que todo o material trabalhado nas salas será disponibilizado no site para as possíveis contribuições das pessoas que não puderem participar das oficinas e escutas.
Ele esclareceu que serão distribuídas fichas em branco para as contribuições das pessoas, pois o material apresentado servirá para orientação e condução do debate pelo facilitador. Haverá um equipamento com mapas e ícones para espacialização das propostas. Foi informado que o objetivo e as competências do Plano Diretor serão apresentados na abertura das oficinas.

Lígia Rocha (Consultoria) reforçou que na abertura das oficinas será apresentado o que é o Plano Diretor. Pontuou que o diagnóstico não é apenas um produto elaborado por técnicos, que contará com as diversas ideias e contribuições da população. Explicou que as pessoas utilizarão os mapas e escolherão os ícones para espacializar as suas contribuições, com o apoio de técnico.

João Domingos (ICPS) informou que haverá tempo para as contribuições serem absorvidas.

Danielle Rocha (UFPE) questionou se a validação da metodologia irá acontecer no CONCIDADE.

João Domingos (ICPS) informou que a validação da estratégia macro deve ser submetida ao Concidade, mas que o GT foi instituído para deliberar sobre seu detalhamento.

Sandro Guedes (ADEMI) concordou com a validação pelo GT POT, mas informou que se sente incomodado por não enxergar questões referentes à dinamização econômica e entende que é muito importante que haja a discussão sobre capacidade produtiva.

Lígia Rocha (Consultoria) concordou que é muito importante a discussão sobre capacidade produtiva e o mercado tem papel importante nessa temática. Solicitou que Sandro Guedes (ADEMI) apresente suas propostas.

Sandro Guedes (ADEMI) informou que a sociedade pede e o mercado cumpre. Pontuou que Recife é a cidade com menos construções do Minha Casa Minha Vida. Também frisou a importância da participação do setor construtivo na preservação dos IEPs e na sua revitalização e ocupação efetivas.

Rodrigo Barbosa (Ponto de Cultura Espaço Livre do Coque) informou que existe um interesse claro, por parte das construtoras, em construir Empreendimento do tipo Minha Casa Minha Vida.

Elka Porciúncula (SINDUSCON) informou que o mercado não se apropria dos terrenos e que os terrenos são negociados com os proprietários. Ela entende que deve haver regularização fundiária para que a Construção Civil consiga trabalhar nas ZEIS e em áreas mais carentes.

Lígia Rocha (Consultoria) questionou se uma alternativa para Habitação de Interesse Social não seria a recuperação dos imóveis subutilizados nas áreas centrais da Cidade.

João Domingos ressaltou a dificuldade de diversas naturezas em ocupar edifícios nos centros históricos.

Lígia Rocha (Consultoria) em resposta a Sandro Guedes, sobre as pessoas demandarem o que as construtoras produzem, esclareceu que é uma via de mão dupla e pontua que são diversos os fatores para produção imobiliária (legislação, questões ambientais, culturais, etc.)

Inamara Melo (Secretaria da Mulher) questionou como serão tratados os capítulos com as temáticas setoriais no Plano Diretor.

Lígia Rocha respondeu que os Planos Diretores mais modernos estão cada vez mais territorializados, diferentemente dos mais antigos que tratavam de forma abrangente políticas de educação e saúde, por exemplo. Hoje há o entendimento que as questões setoriais devem ser territorializadas. Exemplo: HIS é um tema setorial, entretanto o Plano Diretor apontará áreas ou mecanismos para sua implantação.

✓ **Encaminhamentos**

Foi validada a estrutura geral da metodologia de participação nas RPA`s, ante a explicação de que o material relacionando diretamente problemas a soluções seria utilizado apenas pelos moderadores. Também foi acordado que as contribuições dos demais integrantes do GT POT seriam enviadas até o dia 13/06/2018 (quarta-feira).

PREFEITURA DO
RECIFE

CONSELHO DA CIDADE DO RECIFE
Ata da 4ª Reunião do GRUPO DE TRABALHO DO PLANO DE ORDENAMENTO TERRITORIAL

Conselheiros presentes que integram o GT POT:

NOME/INSTITUIÇÃO	ASSINATURA
Cristiana Correia (CAU/PE) – Titular	
Danielle Rocha (UFPE) – Titular	
Degenildo Trajano (PREZEIS) – Titular	
Elka Porciúncula (SINDUSCON) - Titular	
Emília Avelino (Poder Público) - Titular	
Fernando de Alcântara (Poder Público) - Titular	
Fernando Holanda (RAPS) - Suplente	
Giancarlo Costa (OLMP) - Titular MLRT	
Glória Brandão (Poder Público) - Suplente	
Inamara Melo (Poder Público) - Suplente	
João Domingos Azevedo (Poder Público) - Titular	
Lorena Veloso (Poder Público) - Suplente	
Norah Neves (Poder Público) - Titular	
Rodrigo Barbosa (Ponto de Cultura Espaço Livre do Coque) - Titular	
Sandra Nunes (Poder Público) - Suplente	
Sandro Guedes (ADEMI/PE) - Titular	

PREFEITURA DO
RECIFE

CONSELHO DA CIDADE DO RECIFE
Ata da 4ª Reunião do GRUPO DE TRABALHO DO PLANO DE ORDENAMENTO TERRITORIAL

ERRATA

Na página 9, assinatura do Conselheiro Giancarlo Costa, onde se lê OLMP, leia-se MLRT - Movimento de Luta e Resistência pelo Teto.

Recife, 17 de julho de 2018.

Coordenação GT POT